

Formulário de Resposta aos Recursos – CES P15 – PEDAGOGO SÉRIES INICIAIS

Questão	Justificativa	Conclusão	Alteração
TIPO 1: 26 TIPO 2: 32 TIPO 3: 38	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira assertiva está incorreta, pois inverte conceitualmente os papéis do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e da micropolítica escolar. O PPP constitui a dimensão normativa, formal e intencional da escola, enquanto a micropolítica refere-se às dinâmicas relacionais, às disputas de poder e às práticas cotidianas que influenciam sua implementação. Portanto, não é a micropolítica que formaliza intencionalidades, mas sim o PPP.</p> <p>A segunda assertiva está correta, uma vez que, embora a gestão democrática seja um princípio legal previsto na LDB, sua efetivação não ocorre de maneira homogênea. Na prática, existem assimetrias de participação decorrentes de diferentes níveis de capital cultural, poder institucional e capacidade de influência entre os sujeitos envolvidos.</p> <p>A terceira assertiva também está correta, pois a implementação do PPP não se dá de forma automática. Ela depende da adesão dos sujeitos, de suas interpretações e das relações estabelecidas no cotidiano escolar, sendo fortemente influenciada pelas dinâmicas micropolíticas da instituição.</p> <p>Dessa forma, a sequência correta é: falsa, verdadeira, verdadeira.</p> <p>Referências: LIBÂNEO, José Carlos. <i>Organização e gestão da escola</i>. PARO, Vitor Henrique. <i>Gestão democrática da escola pública</i>. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. <i>Projeto político-pedagógico da escola</i>. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 27 TIPO 2: 31 TIPO 3: 26	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira assertiva está incorreta, pois descreve, na realidade, características da alfabetização — entendida como apropriação do sistema de escrita alfabética — e não do letramento, que envolve o uso social da leitura e da escrita em diferentes contextos.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A segunda assertiva está correta, uma vez que aborda elementos centrais do processo de alfabetização sob enfoque linguístico, como consciência fonológica, segmentação e análise das unidades sonoras da fala.</p> <p>A terceira assertiva também está correta, pois a aprendizagem da escrita, na perspectiva contemporânea, ultrapassa a mera codificação, envolvendo a compreensão das práticas sociais de linguagem, dos gêneros textuais e das condições de produção.</p> <p>Dessa forma, apenas as duas últimas assertivas estão corretas.</p> <p>Referências: SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i>. FERREIRO, Emilia. <i>Psicogênese da língua escrita</i>. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 28 TIPO 2: 28 TIPO 3: 33	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve uma metodologia ativa caracterizada pela organização de diferentes espaços ou atividades, pelas quais os estudantes circulam em momentos alternados, podendo incluir tanto atividades presenciais quanto mediadas por tecnologias. Essa dinâmica pedagógica está diretamente associada à personalização da aprendizagem, ao respeito aos diferentes ritmos dos estudantes e ao estímulo à autonomia e ao protagonismo.</p> <p>Tal descrição corresponde especificamente ao modelo de rotação por estações, que integra o campo do ensino híbrido. Nessa abordagem, os estudantes percorrem diferentes estações de aprendizagem, cada uma com objetivos e estratégias específicas, articulando diferentes metodologias em um mesmo tempo pedagógico.</p> <p>Outras abordagens mencionadas não contemplam simultaneamente a circulação entre estações, a integração de espaços e a alternância estruturada de atividades, o que confirma a adequação conceitual da alternativa correta.</p> <p>Referências: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando. <i>Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação</i>. MORAN, José. <i>Metodologias ativas para uma educação inovadora</i>. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

<p>TIPO 1: 29 TIPO 2: 35 TIPO 3: 35</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A compreensão contemporânea do erro como elemento constitutivo do processo de aprendizagem está diretamente vinculada à superação das concepções tradicionais de ensino, centradas na transmissão mecânica de conteúdos e na avaliação classificatória. Nas abordagens pedagógicas contemporâneas, especialmente aquelas fundamentadas no construtivismo, no socioconstrutivismo e na perspectiva histórico-cultural, o erro passa a ser interpretado como manifestação do pensamento do sujeito em processo de construção do conhecimento.</p> <p>Nesse sentido, o erro deixa de ser entendido como falha ou ausência de saber e passa a ser considerado um indicador das hipóteses elaboradas pelo aprendiz, revelando níveis de compreensão, conflitos cognitivos e possibilidades de intervenção pedagógica. Tal perspectiva valoriza a ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento, bem como as interações sociais mediadas, conforme defendido por autores como Piaget e Vygotsky.</p> <p>As demais proposições apresentam reducionismos ao associar o erro exclusivamente a aspectos técnicos, neurocognitivos ou de desempenho, desconsiderando sua dimensão epistemológica e seu papel estruturante na aprendizagem significativa.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é aquela que associa essa mudança paradigmática à consolidação de abordagens que compreendem o sujeito como ativo no processo de aprendizagem, mediado pela interação e pela construção do conhecimento.</p> <p>Referências: PIAGET, Jean. <i>A formação do símbolo na criança.</i> VYGOTSKY, Lev. <i>A formação social da mente.</i> LUCKESI, Cipriano. <i>Avaliação da aprendizagem escolar.</i></p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 30 TIPO 2: 33 TIPO 3: 34</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda o conceito de triangulação avaliativa, definido no enunciado como a utilização articulada de múltiplas fontes de dados, instrumentos e perspectivas teóricas para a avaliação de fenômenos</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>educacionais. Trata-se, portanto, de uma estratégia que não se limita à mera diversidade de instrumentos, mas pressupõe a integração de abordagens distintas, com vistas à ampliação da validade interpretativa dos resultados obtidos.</p> <p>No campo da avaliação educacional, a triangulação caracteriza-se pela complementaridade entre diferentes naturezas de evidência, envolvendo a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, bem como entre instrumentos que possibilitem múltiplas perspectivas de análise do processo de aprendizagem.</p> <p>Nesse sentido, os elementos apresentados nas alternativas que envolvem indicadores quantitativos de desempenho, rubricas estruturadas, produções autorais e provas escritas permitem, quando articulados, a ampliação das fontes de evidência e das perspectivas analíticas. Tais instrumentos contemplam dimensões distintas da aprendizagem, incluindo aspectos objetivos, interpretativos e qualitativos, atendendo ao princípio de diversidade que fundamenta a triangulação.</p> <p>Por outro lado, o instrumento caracterizado por questões de múltipla escolha, embora amplamente utilizado em processos avaliativos, apresenta natureza predominantemente padronizada e fechada, centrada na mensuração de respostas previamente definidas. Dessa forma, tende a produzir dados homogêneos e restritos a uma mesma dimensão cognitiva, não contribuindo, de modo significativo, para a ampliação interpretativa exigida pela triangulação avaliativa.</p> <p>Importa destacar que a triangulação não se define pela simples soma de instrumentos, mas pela capacidade de integrar diferentes dimensões do fenômeno avaliado. Instrumentos que operam sob a mesma lógica de mensuração e que produzem dados de natureza semelhante não atendem plenamente a esse princípio, ainda que possam compor processos avaliativos em sentido amplo.</p> <p>No que se refere à alegação de que todos os instrumentos poderiam integrar a triangulação, verifica-se que tal entendimento decorre de uma interpretação ampliada e não criterial do conceito, que desconsidera a exigência de diversidade epistemológica e metodológica inerente à estratégia de triangulação.</p> <p>Ademais, a equiparação entre instrumentos objetivos e provas escritas não se sustenta integralmente, uma vez que estas últimas podem assumir caráter</p>		
--	--	--	--

	<p>discursivo, interpretativo e aberto, diferenciando-se substancialmente de formatos fechados e padronizados.</p> <p>Referência: DENZIN, Norman K. The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods. Chicago: Aldine. HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio. Porto Alegre: Mediação. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 31 TIPO 2: 34 TIPO 3: 30	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>As rubricas criterial-referenciadas são instrumentos avaliativos estruturados a partir de três dimensões fundamentais: critérios (o que será avaliado), níveis de desempenho (progressão qualitativa) e descritores (caracterização observável de cada nível).</p> <p>No contexto da alfabetização, a construção de critérios relacionados à escrita — como segmentação, correspondência fonema-grafema e adequação ao gênero — associada a níveis progressivos e descritores claros, permite uma avaliação mais precisa e formativa do desenvolvimento do estudante.</p> <p>As demais proposições apresentam problemas conceituais, como ausência de critérios claros, uso de comparações normativas entre alunos, falta de descritores observáveis ou redução da avaliação a aspectos genéricos e subjetivos.</p> <p>Referências: PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 32 TIPO 2: 29	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

TIPO 3: 36	<p>apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda a organização do tempo escolar em três planos interdependentes: tempo cronológico, tempo pedagógico e tempo subjetivo, conforme consolidado na literatura educacional.</p> <p>A primeira afirmativa está correta, uma vez que o tempo cronológico refere-se à organização formal do tempo escolar, incluindo a distribuição da carga horária, o calendário letivo e a duração das aulas.</p> <p>A segunda afirmativa também está correta, pois o tempo pedagógico relaciona-se diretamente aos diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes, à maturidade cognitiva, às condições socioemocionais e às singularidades do desenvolvimento, elementos amplamente reconhecidos na organização do trabalho pedagógico.</p> <p>Entretanto, a terceira afirmativa está incorreta. O enunciado atribui ao tempo subjetivo características relacionadas à organização didática do trabalho docente, como estratégias de mediação, alternância de metodologias e gestão das transições entre atividades. Tais elementos dizem respeito ao tempo pedagógico, que envolve a intencionalidade e a organização das práticas de ensino. O tempo subjetivo, por sua vez, refere-se à experiência individual do sujeito, à forma como o tempo é vivido, percebido e significado no processo de aprendizagem, constituindo uma dimensão interna e fenomenológica.</p> <p>Dessa forma, não se verifica inversão conceitual na questão, mas sim a identificação adequada de uma afirmativa que descreve incorretamente um dos planos do tempo escolar. Não há ambiguidade nem coexistência de respostas possíveis, sendo plenamente possível a identificação de uma única sequência correta com base nos conceitos pedagógicos consolidados.</p> <p>Referência: LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez. ARROYO, Miguel. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes. PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças. Porto Alegre: Artmed.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 33 TIPO 2: 30 TIPO 3: 40	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A progressão cognitiva, na perspectiva da epistemologia genética de Jean Piaget, está diretamente relacionada aos processos de assimilação e acomodação, por meio dos quais o sujeito constrói e reorganiza seus esquemas mentais. Esse processo resulta em equilíbrios sucessivos, caracterizando o desenvolvimento cognitivo como dinâmico e contínuo.</p> <p>A sequência didática, quando estruturada com base nessa perspectiva, organiza situações de aprendizagem que promovem desequilíbrios cognitivos e possibilitam a reconstrução do conhecimento em níveis mais complexos.</p> <p>As demais proposições apresentam referenciais teóricos distintos, como a zona de desenvolvimento proximal (Vygotsky), o behaviorismo ou concepções maturacionistas rígidas, que não correspondem ao fundamento piagetiano solicitado no enunciado.</p> <p>Referências: PIAGET, Jean. A equilibração das estruturas cognitivas. COLL, César. Psicologia e currículo.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 34 TIPO 2: 40 TIPO 3: 37	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira assertiva está correta, pois o tempo cronológico refere-se à organização formal do tempo escolar, incluindo calendário, carga horária e duração das aulas.</p> <p>A segunda assertiva está incorreta, uma vez que os elementos mencionados — como ritmos de aprendizagem e características individuais — correspondem ao tempo subjetivo, não ao tempo pedagógico.</p> <p>A terceira assertiva também está incorreta, pois descreve características do tempo pedagógico, que se refere à qualidade da mediação didática e à organização das atividades, e não ao tempo subjetivo.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Dessa forma, apenas a primeira assertiva está correta.</p> <p>Referências: LIBÂNEO, José Carlos. Didática. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 35 TIPO 2: 38 TIPO 3: 39</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A avaliação qualitativa, quando realizada de forma consistente, exige critérios claros, descritores observáveis e registros sistemáticos que permitam evidenciar progressão na aprendizagem. No caso apresentado, a professora busca demonstrar evolução na produção textual dos estudantes, o que demanda um instrumento que vá além da simples atribuição de notas ou impressões subjetivas.</p> <p>A elaboração de descritores organizados por níveis de desempenho possibilita identificar avanços em aspectos como coesão, argumentação e uso de vocabulário, permitindo comparar produções ao longo do tempo de forma fundamentada. Esse procedimento está alinhado com práticas avaliativas formativas e criterial-referenciadas.</p> <p>As demais proposições apresentam limitações, seja por reduzir a avaliação a dados quantitativos, por utilizar julgamentos subjetivos ou por não garantir rigor metodológico na análise da evolução dos estudantes.</p> <p>Referências: HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 36 TIPO 2: 26 TIPO 3: 31</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica estabelecem princípios estruturantes que orientam a organização do currículo e das práticas pedagógicas em todas as etapas. Entre esses princípios, destaca-se a indissociabilidade entre cuidar e educar, especialmente relevante na Educação Infantil, mas também com desdobramentos nas demais etapas da educação básica.</p> <p>Esse princípio reconhece que o processo educativo envolve dimensões cognitivas, afetivas, sociais e físicas, não podendo ser fragmentado em práticas isoladas. Assim, o cuidado não é entendido como ação assistencial, mas como componente constitutivo da ação pedagógica.</p> <p>As demais proposições apresentam pares conceituais que não correspondem a princípios estruturantes definidos nas diretrizes.</p> <p>Referências: BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 37 TIPO 2: 39 TIPO 3: 27</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A legislação educacional brasileira, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar estudos de recuperação de forma contínua e paralela ao processo de ensino, com o objetivo de garantir a aprendizagem dos estudantes ao longo do período letivo.</p> <p>A recuperação não é facultativa nem pode ser postergada exclusivamente para o final do ano, tampouco depende de julgamento subjetivo do docente sobre as causas do baixo rendimento. Trata-se de um direito do estudante e de um dever institucional da escola, devendo ser organizada de forma sistemática e articulada ao processo pedagógico.</p> <p>As demais proposições contrariam diretamente os dispositivos legais ao atribuírem caráter opcional à recuperação, ao restringirem sua oferta ou ao condicionarem sua realização a fatores externos.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>Referências: BRASIL. <i>Lei nº 9.394/1996 - LDB.</i> LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática.</i> Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 38 TIPO 2: 36 TIPO 3: 28</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O planejamento pedagógico alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pressupõe uma organização estruturada a partir das aprendizagens esperadas, ou seja, das habilidades e competências que se deseja desenvolver nos estudantes. Nesse sentido, a definição prévia das evidências de aprendizagem constitui etapa fundamental, pois orienta toda a construção do processo didático.</p> <p>A partir dessas evidências, o docente estrutura a sequência didática, seleciona estratégias pedagógicas e elabora instrumentos avaliativos coerentes, garantindo alinhamento entre objetivos, ensino e avaliação. Esse modelo é conhecido como planejamento reverso (backward design), amplamente utilizado em propostas curriculares contemporâneas.</p> <p>As demais proposições apresentam fragilidades, como a dissociação entre avaliação e planejamento, a priorização de aspectos subjetivos em detrimento das habilidades cognitivas ou a ausência de alinhamento prévio com a BNCC, o que compromete a intencionalidade pedagógica.</p> <p>Referências: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). WIGGINS, Grant; McTIGHE, Jay. <i>Understanding by Design.</i></p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 39 TIPO 2: 37 TIPO 3: 29</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda o conceito de currículo em espiral, modelo formulado por</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

<p>Jerome Bruner, cuja base teórica é amplamente consolidada na literatura pedagógica. Tal modelo caracteriza-se pela organização do conhecimento em torno de três elementos fundamentais: a estrutura da disciplina, a progressão cognitiva dos estudantes e a aprendizagem por descoberta, entendida como processo ativo de construção do conhecimento.</p> <p>A alternativa considerada correta no gabarito preliminar contempla precisamente esses três elementos estruturantes, alinhando-se de forma direta e inequívoca à formulação clássica do currículo em espiral.</p> <p>No que se refere à alegação de ambiguidade, verifica-se que as demais alternativas apresentam apenas aproximações parciais ao conceito, incorporando elementos oriundos de outras abordagens pedagógicas, como a contextualização sociocultural, a interdisciplinaridade ou a centralidade em competências gerais. Tais elementos, embora relevantes em diferentes correntes educacionais contemporâneas, não constituem eixos estruturantes do modelo de Bruner, razão pela qual não podem ser considerados equivalentes à definição teórica do currículo em espiral.</p> <p>A alternativa que menciona sequência conceitual recursiva e desenvolvimento gradual, por exemplo, descreve aspectos compatíveis com a ideia de retomada progressiva dos conteúdos, porém não abrange de forma completa os princípios estruturantes do modelo, ao omitir a centralidade da estrutura da disciplina e da aprendizagem por descoberta, características distintivas da proposta bruneriana.</p> <p>No tocante à ausência de indicação explícita de autor no enunciado, cumpre esclarecer que o conceito de currículo em espiral é terminologicamente consolidado e diretamente associado à obra de Jerome Bruner, sendo de domínio esperado para o nível de formação exigido no certame. A exigência de identificação desse referencial não configura extrapolação de conteúdo, tampouco compromete a objetividade da questão.</p> <p>Ademais, em provas objetivas, a existência de alternativas que apresentem elementos parcialmente compatíveis com o tema não caracteriza ambiguidade, desde que apenas uma delas traduza de forma completa e</p>		
--	--	--

	<p>precisa o conceito solicitado, o que ocorre no presente caso.</p> <p>Dessa forma, não se verifica duplicidade de respostas corretas, nem imprecisão conceitual que comprometa a validade do item, mantendo-se a objetividade e a univocidade exigidas em avaliações dessa natureza.</p> <p>Referência: BRUNER, Jerome. The Process of Education. Cambridge: Harvard University Press. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 40 TIPO 2: 27 TIPO 3: 32</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>As barreiras atitudinais dizem respeito a posturas, crenças, preconceitos e práticas sociais que limitam a participação e o desenvolvimento de estudantes público da Educação Especial. Elas se manifestam nas expectativas reduzidas, na superproteção, na linguagem capacitista e em práticas que, mesmo sob justificativas pedagógicas ou afetivas, resultam em exclusão simbólica ou concreta.</p> <p>Nesse sentido, expectativas rebaixadas, infantilização, isolamento pedagógico e uso de linguagem capacitista configuram claramente barreiras atitudinais, pois derivam de concepções equivocadas sobre deficiência e impactam diretamente a inclusão.</p> <p>Por outro lado, a ausência de acessibilidade arquitetônica refere-se a barreiras físicas ou estruturais, não sendo classificada como barreira atitudinal, mas sim como barreira arquitetônica, conforme definido nas políticas de educação inclusiva e na legislação brasileira.</p> <p>Referências: BRASIL. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Inclusiva. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 41 TIPO 2: 48 TIPO 3: 41	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda a organização pedagógica da Companhia de Jesus no período colonial, destacando seu caráter sistemático, normativo e internacionalmente padronizado. Esse modelo educacional não se restringia à catequese, mas envolvia uma estrutura complexa de ensino, com definição de conteúdos, métodos didáticos, progressão curricular e hierarquia docente.</p> <p>O documento que consolidou essas diretrizes foi elaborado no final do século XVI e estabeleceu um padrão pedagógico uniforme para os colégios jesuítas em diferentes territórios. Esse instrumento normativo organizava o ensino em níveis, disciplinava práticas pedagógicas e orientava a formação intelectual segundo princípios humanistas e religiosos.</p> <p>As demais possibilidades referem-se a dispositivos administrativos ou legais de outros contextos históricos, não sendo responsáveis pela sistematização pedagógica da educação jesuítica.</p> <p>O conteúdo abordado na questão está plenamente previsto no EDITAL Nº 1/2026/SEGEF-GCP, uma vez que trata da organização pedagógica no contexto histórico da educação, especificamente vinculada à educação jesuítica. O edital contempla expressamente o eixo “História da Educação no Brasil; principais períodos e reformas educacionais”, no qual se insere o estudo do modelo educacional jesuítico e do Ratio Studiorum como marco estruturador das práticas pedagógicas no período colonial.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira. Campinas: Autores Associados, 2003.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 42 TIPO 2: 45 TIPO 3: 43</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Filosofia da Educação fundamentada no materialismo histórico-dialético, conforme desenvolvido por Karl Marx e apropriado no campo educacional por autores como Dermeval Saviani, compreende a educação como prática social historicamente situada, vinculada às relações materiais de produção e às contradições sociais.</p> <p>Nesse sentido, a educação não é neutra, nem pode ser reduzida à adaptação ao meio ou à formação abstrata do indivíduo. Ao contrário, ela deve possibilitar a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido, articulando teoria e prática (práxis), de modo que os sujeitos compreendam as condições concretas de sua existência e possam intervir na realidade social.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções idealistas, tecnicistas ou liberal-individualistas, incompatíveis com o referencial materialista histórico-dialético.</p> <p>O tema tratado na questão está claramente contemplado no edital, ao discutir a educação sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. O conteúdo encontra-se previsto nos tópicos “Filosofia da Educação e Sociologia da Educação como fundamentos da prática pedagógica” e “educação e sociedade; função social da escola”, os quais abrangem diferentes concepções filosóficas sobre o papel da educação.</p> <p>Referências: MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2011.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 43 TIPO 2: 42 TIPO 3: 46</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata da metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Dermeval Saviani, que organiza o processo educativo em momentos articulados dialeticamente: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.</p> <p>O estágio descrito no enunciado corresponde ao momento em que o aluno realiza uma síntese qualitativamente superior do conhecimento, incorporando criticamente os conteúdos aprendidos e transformando sua compreensão da realidade. Esse momento é denominado catarse, pois representa a superação do senso comum e a internalização crítica do saber sistematizado.</p> <p>As demais denominações não correspondem a esse estágio específico dentro da metodologia histórico-crítica.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no conteúdo programático do edital, ao abordar conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê explicitamente o estudo de “correntes pedagógicas e impactos na educação contemporânea”, bem como “teorias da aprendizagem”, sendo a Pedagogia Histórico-Crítica uma dessas correntes teóricas fundamentais no campo educacional.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 44 TIPO 2: 44 TIPO 3: 44	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget estabelece que o conhecimento se constrói por meio de processos dinâmicos de reorganização das estruturas mentais. O conceito central que regula esse processo é a equilíbrio.</p> <p>A equilíbrio refere-se ao mecanismo pelo qual o sujeito busca superar desequilíbrios cognitivos decorrentes da interação com o meio, reorganizando suas estruturas mentais em níveis mais complexos e estáveis. Trata-se de um processo contínuo que articula assimilação e acomodação, promovendo o avanço do desenvolvimento cognitivo.</p> <p>As demais alternativas representam conceitos parciais ou inadequados para preencher ambas as lacunas, pois não expressam o princípio regulador global do desenvolvimento.</p> <p>A questão aborda conceitos centrais da teoria de Piaget, o que está expressamente previsto no edital. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; teorias da aprendizagem; contribuições de Piaget, Vygotsky e outros autores clássicos e contemporâneos”, sendo a equilíbrio um conceito fundamental da teoria piagetiana.</p> <p>Referências: PIAGET, Jean. A equilíbrio das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. COLL, César; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 45 TIPO 2: 50 TIPO 3: 42	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A avaliação processual caracteriza-se por acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo do tempo, valorizando registros contínuos, reflexão e acompanhamento formativo do estudante.</p> <p>Instrumentos como portfólio, diário reflexivo, observação sistemática e rubricas analíticas são compatíveis com essa perspectiva, pois permitem monitorar progressos, dificuldades e processos de construção do conhecimento.</p> <p>Por outro lado, a avaliação baseada exclusivamente em prova objetiva ao final de uma unidade, com caráter classificatório e pontual, não se configura como instrumento processual, pois não acompanha o percurso da aprendizagem, limitando-se a mensurar resultados em um momento específico.</p> <p>O conteúdo da questão está diretamente previsto no edital ao tratar dos instrumentos de avaliação da aprendizagem. O edital contempla expressamente “Avaliação da aprendizagem; conceitos, funções e instrumentos; avaliação diagnóstica, formativa e somativa; acompanhamento do desenvolvimento do estudante”, o que inclui a distinção entre instrumentos processuais e classificatórios.</p> <p>Referências: LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

<p>TIPO 1: 46 TIPO 2: 46 TIPO 3: 45</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A afirmativa I está correta, pois o planejamento escolar envolve a articulação entre diferentes instrumentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico, regimento, planos de curso e planos de aula, assegurando coerência entre princípios, objetivos e práticas.</p> <p>A afirmativa II também está correta, uma vez que a Lei nº 9.394/1996 estabelece a responsabilidade das instituições de ensino na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, reforçando a autonomia escolar em consonância com as diretrizes do sistema educacional.</p> <p>A afirmativa III está correta, pois o planejamento pedagógico deve ser contínuo, flexível e sensível às necessidades dos estudantes, incorporando avaliações diagnósticas e ajustes metodológicos.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas estão corretas.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao abordar planejamento escolar e fundamentos legais da educação. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Planejamento escolar; planejamento pedagógico; organização curricular; objetivos de ensino; conteúdos; metodologias; avaliação” e também “Bases legais da educação brasileira; Lei nº 9.394/1996 (LDB)”, contemplando integralmente o conteúdo cobrado.</p> <p>Referências: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem. São Paulo: Libertad, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
---	---	------------	------------------

TIPO 1: 47 TIPO 2: 49 TIPO 3: 49	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology, parte do princípio de que a variabilidade dos estudantes é a regra, e não a exceção, nos contextos educacionais.</p> <p>Essa abordagem rompe com modelos pedagógicos centrados em um “aluno padrão”, propondo a construção de ambientes flexíveis, acessíveis e responsivos às múltiplas formas de aprender. Assim, o foco desloca-se da adaptação do estudante ao currículo para a adaptação do currículo à diversidade dos estudantes.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções incompatíveis com o DUA, ao priorizar homogeneização, centralização instrucional ou ausência de revisão estrutural.</p> <p>O conteúdo da questão está previsto no edital ao tratar de práticas pedagógicas inclusivas e diversidade educacional. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê expressamente “Educação inclusiva; fundamentos teóricos e legais; políticas públicas; práticas pedagógicas inclusivas; atendimento educacional especializado; diversidade e equidade”, sendo o Desenho Universal para a Aprendizagem uma abordagem inserida nesse campo teórico-metodológico.</p> <p>Referências: CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield: CAST, 2018. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
--	---	------------	------------------

<p>TIPO 1: 48 TIPO 2: 47 TIPO 3: 48</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que expressa intencionalidade, posicionamento político e escolhas pedagógicas da instituição escolar. Portanto, não pode ser considerado neutro, ainda que sua elaboração seja coletiva e participativa.</p> <p>A ideia de neutralidade contraria fundamentos teóricos da educação crítica, uma vez que toda prática educativa está inserida em contextos históricos, sociais e ideológicos. Assim, afirmar que o PPP é neutro constitui equívoco conceitual.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois reconhecem o caráter dinâmico, participativo, articulador e orientador do PPP.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no edital ao abordar o Projeto Político-Pedagógico. O conteúdo está expressamente previsto no eixo “Projeto Político-Pedagógico; concepção; elaboração; implementação; avaliação; gestão democrática da escola”, abrangendo integralmente os aspectos conceituais e práticos cobrados.</p> <p>Referências: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico: fundamentos para sua construção. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
<p>TIPO 1: 49 TIPO 2: 41 TIPO 3: 50</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>	<p>DEFERIDO</p>	<p>ALTERADO PARA LETRA C</p>

<p>A primeira afirmativa está correta, pois a interdisciplinaridade não pressupõe a eliminação das disciplinas, mas sim a articulação entre elas. Trata-se de um princípio que busca superar a fragmentação do conhecimento por meio da integração de diferentes perspectivas epistemológicas, permitindo a compreensão de problemas complexos que não podem ser adequadamente analisados de forma isolada. Assim, preserva-se a especificidade dos campos disciplinares, ao mesmo tempo em que se promove diálogo e cooperação entre eles.</p> <p>A segunda afirmativa também está correta, uma vez que a integração entre áreas do conhecimento pode ocorrer em diferentes níveis e formatos. Desde abordagens mais simples, como a articulação temática entre disciplinas, até modelos curriculares mais amplos organizados por áreas, como Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, observa-se uma diversidade de estratégias adotadas em políticas educacionais contemporâneas. Esse movimento reflete tentativas de reorganizar o currículo em direção a maior coerência e integração.</p> <p>A terceira afirmativa está igualmente correta. A transversalidade surge como resposta crítica à fragmentação do saber produzida pela modernidade científica, especialmente sob influência do paradigma cartesiano-newtoniano, que enfatizou a divisão, a especialização e a análise isolada dos fenômenos. Nesse contexto, a transversalidade propõe a inserção de temas que atravessam diferentes áreas do conhecimento, promovendo articulação entre saberes e ampliando a compreensão da realidade.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas são verdadeiras.</p> <p>O conteúdo da questão está claramente previsto no edital, ao tratar da interdisciplinaridade e integração entre áreas do conhecimento. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Interdisciplinaridade, transversalidade e integração entre áreas do conhecimento; temas contemporâneos transversais”, contemplando integralmente o conteúdo abordado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E</p>		
---	--	--

	GABARITO ALTERADO.		
TIPO 1: 50 TIPO 2: 43 TIPO 3: 47	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competências como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana. O termo “descriptor”, por sua vez, não corresponde a esse conceito central da BNCC, sendo utilizado em outros contextos avaliativos, como matrizes de avaliação.</p> <p>Assim, a afirmação que atribui à noção de “descriptor” esse papel conceitual está incorreta.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois refletem a natureza normativa da BNCC, seu processo de homologação, seu impacto pedagógico e os debates críticos que suscita.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao tratar da Base Nacional Comum Curricular. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, além de mencionar sua articulação com o planejamento pedagógico e as diretrizes curriculares, abrangendo os fundamentos conceituais e normativos cobrados na questão.</p> <p>Referências: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017-2018. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO